

CONTRATO ESTATAL N.º 014/2020

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS DE ICMS – IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO DEVIDAMENTE HOMOLOGADOS, DE EMPRESAS SEDIADAS NO ESTADO DO PARANÁ, CREDENCIADAS COMO TRANSFERENTES DE CRÉDITOS JUNTO A SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO PARANÁ, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL E COAMO AGROINDÚSTRIA COOPERATIVA.

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, sediada na Rua Rui Barbosa, 520, no Município de Campo Largo - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 75.805.895/0001-30, neste ato representada, na forma de seu estatuto social, pelo seu Diretor Presidente **JOSÉ ARLINDO LEMOS CHEMIN**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 3.525.127-8/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 911.237.479-20, residente e domiciliado neste Município de Campo Largo - Paraná, ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **COAMO AGROINDÚSTRIA COOPERATIVA**, sediada na Rua Fioravante João Ferri, n.º 99, Jardim Alvorada, no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 75.904.383/0033-09, neste ato representada, pelo Sr. **CLÁUDIO FRANCISCO BIANCHI RIZZATTO**, portador do RG n.º 42.776-RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 179.040.130-53, e **RICARDO ACCIOLY CANDERARI**, portador do RG n.º 567.470-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 079.733.229-49, ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições adiante ajustadas, que as partes mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a **aquisição de créditos de ICMS** Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação devidamente homologados, de empresas sediadas no Estado do Paraná, credenciadas como transferentes de créditos junto a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, conforme modalidade de crédito abaixo especificada:

GEJUR
VISTO
COAMO



1.1.2 Créditos de ICMS - SISCREDE: no valor total estimado de **R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais)**, sendo dividido em **12 (doze) parcelas mensais de aproximadamente R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)**, considerando o limite de apropriação de crédito acumulado definido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

1.1.3 Para esta modalidade de crédito de ICMS o CAD ICMS a ser utilizado para transferência é **10802030-00** e o número do Credenciado é **D-0002127-03**.

1.1.4 O crédito de ICMS objeto desta licitação só podem ser os oriundos de exportação.

1.1.5 Caso ocorra o impedimento por parte da COCEL no abatimento das parcelas discriminadas no item 1.1.2 deste Edital por força da limitação imposta pela Resolução SEFA Nº 652/2017, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 9940 de 09/05/2017 ou outro normativo que vier a ser publicado até a finalização desta operação, nada será devido à empresa cedente do crédito e todas as operações previamente realizadas deverão ser estornadas, sem que seja devido qualquer valor por parte da COCEL.

1.1.6 A empresa a ser contratada deverá atender os requisitos previstos nas seguintes legislações:

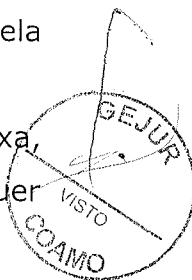
- a) Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, aprovado pelo Decreto nº 7871, publicado no DOE 10040 de 02 de outubro de 2017, artigos 47 a 61;
- b) Normas de Procedimento Fiscal nºs 001/2009, 097/2009 e 081/2010 expedidas pelo Diretor da Coordenação da Receita do Estado do Paraná;
- c) Decreto nº 5230 publicado no Diário Oficial nº 8036 de 17 de agosto de 2009;
- d) Decreto nº 6408 publicado no Diário Oficial nº 8176 de 10 de março de 2010.

1.1.7 A proposta comercial apresentada contempla o valor total do objeto licitado.

1.1.8 O pagamento será realizado no mesmo dia de utilização do crédito tributário, ou seja, a COCEL realizando o pagamento do ICMS, realizará o pagamento observando-se o limite de apropriação de crédito acumulado definido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

1.1.9 Em hipótese alguma a COCEL realizará o pagamento de comissão, taxa, honorário ou qualquer valor a terceiros, intermediário, procurador ou qualquer representante da empresa CONTRATADA.

1.1.10 Os valores indicados no item 1.1.2, poderão sofrer alteração e, portanto, para esta modalidade de crédito, poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) através de Termo Aditivo.



1.2 Este Contrato é decorrente da **Licitação nº 083/2019** e da Proposta Comercial de 19/01/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos objetos, definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

2.1.1 - **Edital de Licitação n.º 083/2019**, de 20 de dezembro de 2019 e respectivos Anexos;

2.1.2 - Proposta Comercial da Contratada.

2.2 Os documentos referidos definem os direitos e as obrigações da COCEL e da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

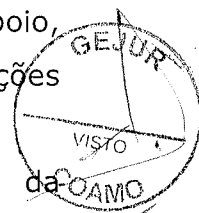
3.1 - O preço total, fixo e irrevogável, para o fornecimento do objeto deste contrato é o apresentado no lance da **CONTRATADA**, devidamente aprovada pela **CONTRATANTE**, o qual totaliza o **percentual de desconto 30%**.

3.2 Após a apropriação e aproveitamento integral do crédito do ICMS pela COCEL, será realizado depósito em conta corrente da CONTRATADA, através do **Banco do Brasil S/A, Agência nº 3306-5, conta corrente nº 31300-9**, à detentora do crédito no valor líquido de desconto de cada parcela mensal transferida.

3.4 É vedado à **CONTRATADA** pleitear qualquer adicional de preço por faltas ou omissões que porventura venham a ser constatadas em sua Proposta, com relação a imprevistos, lucros, mão-de-obra especializada, ferramentas, equipamentos necessários para a execução do objeto, despesas de transporte, combustível, manutenção de veículo, refeições, hospedagem, pequenas despesas, horas extras, despesas de viagem, administração, encargos fiscais, trabalhistas e sociais.

3.5 Os preços contemplam todos os custos, tributos e encargos incorridos pela **CONTRATADA** para o completo fornecimento e operacionalidade do objeto contratado, tais como os pagamentos das obrigações legais, fiscais e trabalhistas, **ICMS diferencial/substituição**, seguros, despesas com equipamentos de apoio, hospedagem, frete, etc., quando aplicável, de acordo com as Especificações Técnicas.

3.6 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da **CONTRATADA**.



CLÁUSULA QUARTA: PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A **CONTRATADA** entregará os respectivos Certificados de Transferência com antecedência mínima de dois dias úteis do último dia do período de apuração, sob pena de incorrer em multa de 20% do valor transferível naquele período;

4.2 O pagamento à futura contratada será realizado no mesmo dia de utilização do crédito tributário, ou seja, a COCEL realizando o pagamento do ICMS, conforme calendário regulado realizará o pagamento observando-se o limite de apropriação de crédito acumulado definido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

4.3 O pagamento dar-se-á em **12 (doze) parcelas mensais de aproximadamente R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)**, considerando o limite de apropriação de crédito acumulado definido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

4.4 Os valores acima poderão sofrer alteração e, portanto, para esta modalidade de crédito, poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) através de Termo Aditivo.

4.5 A COCEL reserva-se o direito de descontar do faturamento mensal os débitos da CONTRATADA e as multas previstas na CLÁUSULA NONA.

CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Constituem obrigações da **CONTRATADA** durante o período de vigência do presente contrato:

5.1.1 Conduzir os trabalhos para transferência dos créditos, por modalidade, indicados na Cláusula Primeira deste contrato, devidamente homologados, nos prazos e valores acordados entre as Partes, conforme legislações mencionadas na CLÁUSULA PRIMEIRA deste Contrato.

5.1.2 Apresentar à COCEL, quando por esta solicitada e com base nas indicações fornecidas, o estágio da prestação dos serviços;

5.1.3 Manter em absoluto sigilo, todas as informações obtidas durante a prestação dos referidos serviços;

5.1.4 Operar com uma organização completa, independente e sem vínculo com a COCEL, executando os serviços, objeto deste contrato, exclusivamente com profissionais devidamente treinados e habilitados;

5.1.5 Realizar suas atividades utilizando profissionais especializados, em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com o pessoal de sua contratação, necessária à execução do contrato, com integral atendimento de toda a legislação que rege os



negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidade, com ênfase na tributária, cível, previdenciária, trabalhista, acidente do trabalho e/ou outros semelhantes, bem como assistência médica e/ou outros assemelhados, cedendo cópia de comprovação de quitação à fiscalização da COCEL, se necessário.

5.1.6 Obriga-se a reembolsar à COCEL, de todas as despesas que esta tiver decorrente de:

- a) reconhecimento judicial de vínculo empregatício de seus empregados com a **COCEL**, ou qualquer empresa do mesmo grupo econômico;
- b) reconhecimento judicial de solidariedade ou subsidiariedade da COCEL, ou de qualquer outra empresa do mesmo grupo econômico, no cumprimento das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias contratadas;
- c) indenização, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos causados pela **CONTRATADA** ou seus prepostos na execução de suas atividades.

5.1.7 Restituir à COCEL, todas as despesas que esta tiver que efetuar para suprir as falhas ocorridas na prestação dos serviços, objeto deste contrato, em consequência da ação ou omissão da CONTRATADA ou de seus empregados;

5.1.8 Responder por quaisquer eventos ou fatos relacionados à operação que venham a efetuar, especialmente autuações fiscais, obrigando-se inclusive, por si e por seus sócios, a efetuar eventuais ressarcimentos, se for o caso;

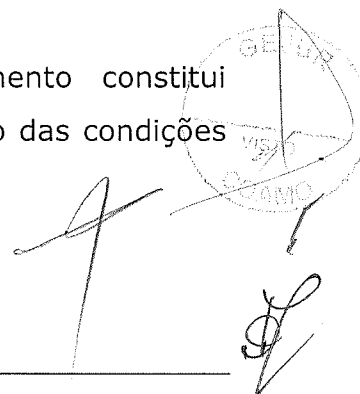
5.1.9 Manter os entendimentos entre a CONTRATADA e a COCEL, relativamente a este contrato, cujas decisões deverão ser confirmadas, por escrito, dentro de 3 (três) dias úteis de sua ocorrência, entre os representantes legais das partes.

5.1.10 Entregar, exclusivamente para a COCEL, salvo manifestação formal e expressa, todos os relatórios, documentos, papéis de trabalho e pareceres produzidos pela CONTRATADA em decorrência da prestação dos serviços ora contratados;

5.1.11 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do presente Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação que o originou.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Além das naturalmente decorrentes do presente instrumento constitui obrigação da COCEL, efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, dentro das condições e prazos estabelecidos.



Handwritten signature and stamp of the COCEL representative.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRAÇÃO

7.1 É vedada pela **CONTRATADA** subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1 O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogável por períodos iguais e sucessivos, limitando-se a 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes, através de termo aditivo, com fundamento no **art. 168 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.**

Parágrafo único: O término do prazo de vigência deste Contrato não afetará quaisquer direitos ou obrigações das partes, ainda que seu exercício se dê após o término do referido prazo.

CLÁUSULA NONA: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

9.1 - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela COCEL e aceitas pela empresa Contratada;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos, mediante acordo entre as partes;

IV - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela COCEL em documento contemporâneo à sua ocorrência;

V - omissão ou atraso de providências a cargo da COCEL, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

9.2 - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

9.3 - A CONTRATADA notificará a COCEL, por escrito, sobre a causa de qualquer atraso.



9.4 - A comunicação da ocorrência do fato gerador deve ser feita em até 24 (vinte e quatro) horas após, se tratar de caso fortuito ou força maior.

9.5 - Nas demais ocorrências que possam também causar atrasos, a comunicação deve ser feita em até 05 (cinco) dias corridos do fato gerador.

9.6 - Em ambas as hipóteses, a comunicação deve sempre ser feita antes do vencimento do prazo do CONTRATO, sob pena de ser caracterizado o inadimplemento com a consequente aplicação das penalidades nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA, sem prejuízo de outras cominações legais previstas neste CONTRATO ou na lei.

9.7 - Ao receber tal notificação da CONTRATADA, a COCEL apreciará os fundamentos de fato e de direito, em especial os documentos comprobatórios do evento e a extensão do atraso. Se os fundamentos apresentados pela CONTRATADA forem aceitos, a COCEL decidirá sobre a extensão da prorrogação de prazo a ser concedida.

9.8 - São de competência exclusiva da COCEL o julgamento e a decisão sobre qualquer prorrogação de prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA: PENALIDADES

10.1 - Ressalvados os casos fortuitos e/ou força maior, desde que, devidamente comunicados, por escrito, pela **CONTRATADA** e aceitos como tal pela **COCEL**, o descumprimento de quaisquer obrigações elencadas neste contrato, importará no pagamento de 2% (dois por cento), do valor total, limitada a 6% (seis por cento).

10.2 - O fornecimento do objeto fora das características originais, também ocasionará a incidência de multa prevista no subitem anterior, pois nessa situação a desconformidade de especificações equivalerá ao não fornecimento.

10.3 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto no subitem 10.1 não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a **CONTRATADA** da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do presente contrato.

10.4 - A inexecução parcial ou total do contrato, também importará à **CONTRATADA** a suspensão do direito de licitar com a **CONTRATANTE** por um período de 02 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva, bem como a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

10.5 - Será propiciada defesa à **CONTRATADA** antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes.



10.6 - O valor da multa aplicada, após o regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.7 - As sanções poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:

I - por ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à COCEL, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

II - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

III - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

IV - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a COCEL em virtude de atos ilícitos praticados.

10.10 - Na aplicação das penalidades, a COCEL considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da contratada, podendo deixar de aplicá-las, em parecer motivado, se admitidas as suas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 170 a 174 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 - A **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista ao **CONTRATADO** qualquer direito a indenização, conforme disposto no Edital, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL e na Lei nº 13.303/16, com as consequências neles previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: LEIS E REGULAMENTOS

13.1 - A **CONTRATADA** será responsável e indenizará a COCEL e seus agentes representantes contra quaisquer reivindicações, exigências, ações, danos, custos, débitos ou despesas provenientes de transgressão ou alegada transgressão de leis ou nelas baseadas, inclusive por quaisquer ordens ou instrumentos, tanto suas como de seus profissionais.

13.2 - A **CONTRATADA** será debitada de todas as despesas, honorários e depósitos que possam ser requeridos em cumprimento a lei, relativos à prestação dos **SERVIÇOS** para cumprimento deste **CONTRATO**.

13.2 – Aplicam-se a este contrato as disposições: do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL; Lei nº 13.303/16; Lei nº 8.078/90; Lei nº 8.137/90; Lei nº 8.429/92; Lei Complementar nº 123/06; outras legislações quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: NOVAÇÃO

14.1 - A não utilização por parte da COCEL, de quaisquer direitos a ela assegurados neste CONTRATO ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

14.2 - Todos os recursos postos à disposição da COCEL neste Contrato serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: VALOR DO CONTRATO

15.1 – As partes **CONTRATANTES** dão ao presente contrato o valor global estimado de **R\$ 3.780.000,00 (três milhões, setecentos e oitenta mil reais)**, para todos os legais e jurídicos efeitos, considerando o percentual de desconto.

15.2 Os pagamentos serão efetuados pela COCEL, em reais, com recursos vinculados ao orçamento anual, vinculados às seguintes classificações contábeis:

Item orçamentário	Conta Contábil
18776	61063303004

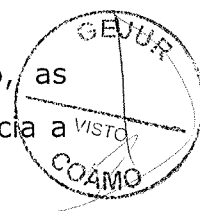
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: GESTOR DO CONTRATO

16.1 - Para efeitos deste Contrato, a COCEL designa como gestor o Gerente da Divisão Contábil, Sr. **LUCIANO KLOS**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: FORO

17.1 - Para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Campo Largo – PR, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que se apresente.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente CONTRATO na data abaixo indicada, em 02 (duas) vias de igual teor e rubricam os demais



documentos de Contrato, os quais foram lidos, achados conforme e aceitos, na presença das testemunhas que também o assinam.

Campo Largo, 10 de fevereiro de 2020.

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

José Arlindo Lemos Chemin – Diretor Presidente



COAMO AGROINDÚSTRIA COOPERATIVA

Cláudio Francisco Bianchi Rizzatto



COAMO AGROINDÚSTRIA COOPERATIVA

Ricardo Accioly Canderari

TESTEMUNHAS:

Nome: SANDRO JONAS NORBERTO
CPF: 837.313.129-53

Nome: Eudécio Celso B. dos Santos
Chefe Depto. Fiscal
CPF: 490.584.799-00

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: LUCIANO MARCOS KLOJ
CPF: 428.258.509-30



Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) supra de: Claudio Francisco Bianchi Rizzatto e Ricardo Accioly Calderari como representantes legais da Coamo, dou fé.

Piquirivai, 03 março de 2020

Em testemunho, da Verdade

Tailiny Machry dos Santos
Escrevente Homologada



Tailiny Machry dos Santos
Escrevente Homologada

